

Prioridade aviltada

Educação

Um dos chavões mais surrados dos governantes brasileiros nas últimas décadas é o de que educação é prioridade nacional. É difícil lembrar de algum presidente que tenha deixado de empregá-lo, inclusive o atual. No entanto, a matéria-prima da educação — o professor — continua à margem de qualquer prioridade, relegado ao mais completo abandono.

Como sustentar esse discurso e, simultaneamente, permitir que um professor ganhe salários de R\$ 13,00? Ou, mais precisamente, R\$ 13,45! É quanto ganha a professora primária Maria Francisca Rodrigues Teles, que leciona no interior do Maranhão e cujo depoimento, em forma de artigo, publicado à página 7 da edição de hoje, tem o impacto de grave denúncia social.

Em outro artigo, na mesma página, o senador Joel de Hollanda, de Pernambuco, informa que o salário-base de um professor, com formação de 2º Grau, em regime de trabalho de 20 horas semanais, é de R\$ 28,00. Isso no Nordeste, região carente de tudo — mais ainda de educação.

No Sul, mais rico, a situação não é muito diferente. São Paulo paga a seus professores de nível médio (por isso mesmo eles estão em greve) dois salários mínimos, por 20 horas semanais de trabalho. É cerca de 50% menos do que, no mesmo estado, se paga a um caixa de banco.

Não se trata apenas de constatar uma grave

injustiça social. Trata-se de muito mais: não se corrigindo a situação profissional dos professores, de maneira global, o país condena-se ao atraso. Que adianta conceber políticas modernizantes ou sonhar com mercados globalizados, se se deixa de lado o investimento no principal, que é o ser humano?

Ninguém pode imaginar que com professores submetidos a salários ignominiosos como o de Maria Francisca será possível melhorar a qualidade do ensino no país e, por essa via, libertá-lo do atraso e do subdesenvolvimento. O caso da professora maranhense não é isolado. Corresponde, ao contrário, à condição predominante nas regiões mais atrasadas do país — o Norte e o Nordeste.

De profissionais em tais condições pode-se esperar, isto sim, deterioração da qualidade do ensino, sedimentação do analfabetismo, principais mazelas do panorama educacional brasileiro. É preciso desproletarizar o magistério, devolver-lhe dignidade e acesso ao saber. Com os salários praticados hoje no Brasil, o professor não consegue sequer comer, quanto mais se ilustrar.

A circunstância de estar hoje na Presidência da República um professor reacende a esperança de que, enfim, a prioridade se materializará. Isso, porém, só acontecerá se a sociedade, em seu conjunto, entender que não há outra saída para o país. E pressionar seus governantes.